

**GERENCIAMENTO LINGÜÍSTICO FAMILIAR:
O PORTUGUÊS EM UM LAR DA NORUEGA****FAMILY LANGUAGE MANAGEMENT:
PORTUGUESE IN A NORWAY HOME**Diego Alexandre¹

RESUMO: Partindo-se do arcabouço teórico-metodológico do campo das Políticas Linguísticas, particularmente no tocante à Gestão Linguística (SPOLSKY, 2009) e da pesquisa de Gabas (2016) sobre Política Linguística Familiar, este estudo de caso objetiva analisar o gerenciamento linguístico elaborado e concretizado num lar norueguês entre mãe e filha. Para tanto, a coleta de dados se deu a partir de entrevista semiestruturada com uma brasileira, residente em Oslo, Noruega, cuja filha, na época da entrevista ainda criança, havia nascido e vivia no país escandinavo. Os idiomas gerenciados pela mãe brasileira, sobremaneira quanto à aprendizagem e uso, são o português, o norueguês e o inglês. Nas análises e considerações finais, nota-se que a mãe estabelece com a filha uma relação de autoridade/organização/gerenciamento linguístico ao mesmo tempo em que concilia interesses pessoais e culturais da criança com aspectos econômicos, estes últimos advindos particularmente de anseios e ideologias linguísticas da própria mãe.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Linguística. Gerenciamento Linguístico Familiar. Português-Norueguês.

ABSTRACT: Based on the theoretical-methodological framework of the field of Language Policies, particularly with regard to Language Management (SPOLSKY, 2009) and the research by Gabas (2016) on Family Language Policy, this case study aims to analyze language management elaborated and implemented in a home Norwegian between mother and daughter. To this end, data collection took place through a semi-structured interview with a Brazilian woman, living in Oslo, Norway, whose daughter, at the time of the interview as a child, had been born and lived in the Scandinavian country. The languages managed by the Brazilian mother, especially in terms of learning and use, are Portuguese, Norwegian and English. In the analyzes and final considerations, it is noted that the mother establishes a relationship of authority/organization/linguistic management with her daughter while at the same time reconciling the child's personal and cultural interests with economic aspects, the latter arising particularly from mother's linguistic desires and ideologies.

KEYWORDS: Language Management. Family Language Management. Portuguese-Norwegian.

1 Introdução

Partindo-se do pressuposto de que analisar a língua a partir da visão dos estudos de Políticas linguísticas (doravante PL) é também perceber o objeto de estudo desse campo a partir da relação entre língua e as ações feitas em relação a ela. Com isso, “ação”, de algum modo, se apresenta como uma palavra que conduz o olhar do pesquisador da área, posto que funciona como um meio fundamental para o alcance dos objetivos dimensionados através de uma PL. Não havendo, portanto, ações sem objetivos, *não há PL sem pessoas nelas empenhadas*, seja esse empenho explícito ou não. Em síntese, as PL disparam atitudes, executadas socialmente e que, a partir de uma interpretação, mudam nossa relação com a língua, com o seu modo de concebê-la para o uso (e até mesmo, senão sobretudo, para o seu ensino, por exemplo).

¹ Doutor em Linguística pela UFPB, Mestre em Educação pela UFPE. Professor do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo (DPEC) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Líder do grupo Historiografia, Ensino, Memória e Políticas Linguísticas (HEMEPOL). E-mail: diegoalexandre@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6021-5079>.

Para aprofundar o conceito e o estabelecimento do objeto do campo de políticas linguísticas (esclarecimento possível, mas longe de ser exaustivo), é preciso voltar a sua origem pelo menos sob o ponto de vista da Modernidade. O campo das PL foi trabalhado por linguistas no contexto pós Segunda Guerra, com o intuito e reconstruir sociedades destruídas em consequência do cenário bélico. Isso produziu, mais tarde, precisamente no final dos anos 60, a disciplina “Política e Planejamento Linguístico”, que nascia no então contexto de surgimento do estados-nações. Nesse âmbito, era preciso a elaboração de ortografias, gramáticas e dicionários (HAUGEN, 1959 apud JOHNSON, D; RICENTO, T, 2013) no ensejo de unificação, modernização e democratização. As denominações de *planejamento de corpus* e *planejamento de status* vigoraram por esse período, embasando, respectivamente, o que se entendia por forma e por funções e/ou usos de determinadas línguas.

Nas décadas de 1980 e 1990, a forma supostamente neutra com que as PL concebiam a língua passou por questionamentos, fato que exigiu dos pesquisadores a explicitação de suas noções de língua/linguagem e a assunção, advinda de solo estadunidense, de duas vertentes para encarar as pesquisas nessa área: a vertente *língua como problema* e a vertente *histórico-cultural* (RUIZ, 1984 apud RIBEIRO DA SILVA, 2013). Entre essas duas, a segunda se destaca por estar aliada à redoma histórica e cultural, o que abriu espaço para relacionar as PL a outros constructos, como as crenças e os mitos, o que foi denominado por Schiffman (1996) como *cultura linguística*. Esse novo olhar, agora mais contemporâneo, levou a existência de políticas linguísticas explícitas e implícitas, noção essa ampliada por Spolsky (2009).

Para Spolsky (2009), as PL se constituem a partir das línguas humanas e, portanto, são fenômenos sociais que dependem, ademais, dos comportamentos e crenças dos indivíduos pertencentes a uma comunidade de fala. Ainda de acordo com esse autor, as PL envolvem três componentes que, embora independentes, estão interligados: a) **práticas linguísticas**, isto é, escolhas e comportamentos observáveis – o que as pessoas fazem e que está concretizado pelos aspectos linguísticos escolhidos, pela variedade linguística utilizada, por exemplo. Se tornam políticas à medida que se tornam regulares; b) **crenças sobre a linguagem**, ou seja, valores atribuídos à língua e às suas variedades. Produzem os prestígios e os estigmas em torno da língua e da comunidade de falantes, o que norteia políticas; e c) **gestão linguística**: esforço explícito realizado por alguém ou por algum grupo que tem ou afirma ter autoridade sobre os participantes de um *domínio linguístico*², a fim de, assim, modificar suas práticas ou crenças. Vai desde a determinação da língua oficial pela constituição de um país ou esforço de pais imigrantes para manter ou não sua língua de herança entre seus descendentes.

Nesse sentido, com base no que acima constatamos, o objeto das PL tem sua denominação de difícil recorte, justamente por ser este um campo multidimensional. Entretanto, quando discutimos as políticas que tocam nas questões linguísticas, quase sempre estamos nos referindo a uma série de ações que, coadunadas ou não, interferem na elaboração, na reforma ou na padronização dos sistemas linguísticos e especificação do ensino de língua – através de, por exemplo, documentos oficiais, manuais didáticos e aplicação de testes, produção de cartilhas, dicionários, gramáticas, leis e traduções, criações de órgãos específicos para questões linguísticas (coordenações de relações internacionais de empresas e universidades, por exemplo) etc.

Note-se que o que está em jogo quando elencamos os vieses de atuação de uma PL são, como no início desse trabalho aludimos, **as ações**, sejam essas advindas tanto do que nos parece óbvio, como um vereador que propõe uma lei sobre o ensino de língua estrangeira em um dado município, quanto nos parece menos claro ou comum: pais que administram a renda

² Essa noção será mais bem trabalhada na próxima seção.

mensal de uma casa mirando em gastos de curso de idiomas, por exemplo. É sobre esse aspecto, o da gestão, especificamente o da política linguística familiar, que agora abordaremos. Posteriormente, nossa análise recairá sobre a análise de uma entrevista com uma mãe que, vivendo num contexto sócio-cultural plurilíngue, administra o aprendizado de idiomas de sua filha.

2 Política Linguística Familiar

Para a discussão que aqui se pretende fazer, nos interessa a noção de domínio, este particularmente atrelado à gestão linguística (SPOLSKY, 2009). *Domínios* são espaços sociais caracterizados por participantes – estes observados pelos papéis que desempenham em relação a outros membros dentro de um domínio –, pelas escolhas feitas pelos participantes de um domínio – estes guiados por suas crenças pessoais –, e a localização, no sentido de espaço físico, em que dado domínio está fixado. Uma igreja, uma escola, um governo ou uma família são exemplos do que chamamos domínio, os quais interagem entre si, ainda que, internamente, carreguem suas próprias políticas. Com isso e portanto, é importante dizer que a “localização”, para Spolsky, não se limita ao espaço físico; o significado social e a interpretação do local determinarão as escolhas.

Diante disso, nos embasamos em Gabas (2016) a fim de perceber a relação do domínio *família* com as ações implícitas ou explícitas para gerenciar uma ou mais línguas entre membros que convivem em um determinado local. Em seu trabalho de mestrado, a autora discutiu o gerenciamento linguístico promovido por uma mãe sul-coreana diante da mudança de sua família (marido e filhos) para Campinas, São Paulo. Com a pesquisa, notou-se que a gestão das línguas coreana, inglesa e portuguesa partiu das representações em torno da importância desses idiomas, e que o grau valorativo atribuído pela mãe a esse cenário de diferentes línguas impacta suas escolhas e a direção que dá, por exemplo, ao aprendizado linguístico dos filhos. Para tanto, Gabas (2016) se utilizou da noção de Política Linguística Familiar, a qual deposita na figura do gerenciador uma posição de autoridade (SPOLSKY, 2009). Isso posto, maior será a intervenção feita quanto maior for o grau de autoridade de um dos entes da família.

Neste artigo, trato da análise de um contexto de gerenciamento linguístico familiar em uma família residente em Oslo, Noruega. Os detalhes e as especificidades do cenário dessa família serão explicitados a seguir.

3 Gerenciamento linguístico no domínio familiar: um estudo de caso

Em março de 2019, estive em Oslo, capital norueguesa, a convite, com a finalidade de conhecer e assessorar a organização sem fins lucrativos *Português sem Fronteiras*³. Na ocasião, também conheci a *Elo Cultural*, escola de português para crianças nascidas na Noruega cujos pais são, pela parte da mãe, do pai, ou de ambas as partes, lusofalantes. Para essa escola, especificamente, o português é tratado como *língua de herança*⁴, já que muito provavelmente o

³ Português sem fronteiras (PsF) é uma organização cultural e educacional sem fins lucrativos que objetiva difundir e promover a língua portuguesa (seja língua materna, estrangeira ou de herança) em Oslo, capital da Noruega. Para mais informações, < <https://www.portugues.no/> >.

⁴ De acordo com Berger; Klauck e Oliveira (2021), o conceito de língua de herança foi proposto no Canadá e designa línguas diferentes das línguas majoritárias em determinado contexto e que, geralmente, estão ligadas a famílias de migrantes. Inicialmente o termo fora empregado para quaisquer idiomas que não o inglês e o francês, contudo, atualmente, já se compreende língua de herança como quaisquer idiomas minoritários em um contexto social e cultural.

universo de pessoas que utilizam esse idioma no cotidiano dessas crianças são os parentes de primeiro grau dentro de um país cuja língua oficial é apenas o norueguês.

Para ocasião do presente artigo, em fevereiro de 2020 entrevistamos Márcia Amorim (a partir daqui todos os nomes citados serão fictícios), 42 anos, brasileira e professora de português graduada no Brasil. Há 16 anos ela vive em Oslo e atua na área de ensino de português para estrangeiros e português como língua de herança (em relação a esse último campo de atuação, importante dizer que Márcia é uma das docentes da Elo Cultural). Do casamento com um norueguês, a professora brasileira teve uma filha que mantém na cidade nórdica seus estudos desde a primeira infância. Amanda, 12 anos, filha de Márcia, tem o norueguês como língua materna e o português como língua de herança, já que marcadamente este idioma pertence a sua mãe e só com ela (e eventualmente com alguns amigos da mãe) o vê *em prática*.

Em conversa prévia à entrevista propriamente dita, Márcia afirmou que, apesar de não ser fluente em português, Amanda compreende muito bem essa língua, escreve pouco, lê e fala razoavelmente bem. A conquista dessas destrezas, para além do convívio com a mãe (convívio esse dividido com o pai, já que há sete anos o casal está divorciado), de acordo com Márcia, também se deve aos estudos sistematizados a que Amanda teve acesso dentro do curso de português como língua de herança. É salutar dizer que a menina, em sua escola regular, também tem aulas de inglês.

Para este trabalho, optamos por uma entrevista semiestruturada, que está baseada no que Rosa e Arnoldi (2006) colocam como importante para a pesquisa científica: a possibilidade de levar os sujeitos a refletirem sobre os próprios comentários. Caracterizada por um esquema predefinido de questões, a entrevista semiestruturada levanta aspectos da conversa que possibilitarão uma organização sistemática dos dados, já que as questões são mais subjetivas e, por isso, apontam modos de pensar e agir do entrevistado. É necessário, para esse tipo de pesquisa, o levantamento de um roteiro de tópicos selecionados, ainda que essa formulação seja flexível e livre para a alteração no decorrer da fala dos sujeitos e da dinâmica da entrevista.

Gerados os dados, através de entrevista, a análise recairá sobre como Márcia seleciona e gerencia os idiomas presentes em seu lar e como esse manejo se articula às suas noções de língua e de gestão de línguas. A letra E maiúscula representa, na apresentação dos dados, o entrevistador, e a letra M, também maiúscula, sinaliza as falas da entrevistada (Márcia). Todos os grifos destacados na transcrição da entrevista são de minha responsabilidade. Agora passemos aos dados e às análises.

4 Análise dos dados

A seguir apresentamos a entrevista com a mãe brasileira que, junto com sua filha, vive em um lar norueguês e nesse espaço gerencia/concilia o aprendizado e uso de línguas estrangeiras, língua materna e língua de herança. Note-se que ressaltamos, ao longo das respostas da entrevistada, elementos que recairão sob um olhar analítico mais aprofundado. De início, perguntamos sobre as línguas faladas no ambiente familiar.

E: Que línguas você e Amanda falam em casa, Márcia?

M: Português e algumas vezes norueguês, né? Quando necessário.

E: E quando é necessário o uso de norueguês?

M: Depois de algumas tentativas do uso do português serem frustradas, não se entende. **Dependendo da seriedade e da necessidade da coisa, aí acaba desviando, né? Pra facilitar.**

E: Por que você quer que ela aprenda português? Além do interesse para que ela conheça a língua da mãe e da família da mãe, há outro?

*M: Eu acho que língua é sempre uma coisa muito importante, né? Para qualquer criança, e **quando ela tem de graça** é perfeito. Além desses motivos que você disse [conhecer a língua da mãe e da família da mãe], eu tenho certeza de que isso vai servir pro futuro, **ela ter essa língua de graça**. Eu não sei qual vai ser a **profissão dela**, mas eu penso que é muito bom ela ter essa **língua de graça**.*

Notemos que, embora brasileira e falante nativa do português, Márcia reconhece que sua filha não tem essa língua como materna e, “dependendo da seriedade e da necessidade” comunicativa, usa com a menina o norueguês. A esse movimento de uso, por assim dizer, bilíngue, dentro de casa, Márcia chama “desvio”, no sentido de afirmar que está desviando-se do seu objetivo central – aprender português – para que Amanda compreenda o que a mãe está dizendo. Esse fato confere relevo a uma crença linguística de Márcia, o que dirige suas ações nesse sentido e remonta as ideias de Spolsky (2009) sobre a relação entre os estudos de PLs e o que, concretamente, as pessoas *acham sobre, fazem e tentam fazer com a língua*. Além disso, o que revela a entrevistada também nos remete ao que Gabas (2016) discorre sobre o gerenciamento linguístico empreendido pelos membros de uma família, já que a adoção ou o apagamento de línguas do repertório também faz parte da responsabilidade dos membros mais velhos.

Ainda em relação ao quadro da entrevista transcrita acima, destacamos a relação que Márcia estabelece entre aprender uma língua e o gasto financeiro. Ao dizer, recorrentemente, que Amanda tem o português “de graça” em casa, isto é, não precisa pagar uma escola de idiomas para que a garota aprenda essa língua, a mãe denota sua visão, de fato, de administradora “linguístico-financeira”, o que vai ao encontro do que fundamenta Spolsky (2009) sobre PL e gerenciamento linguístico: escolhas como resultado de um gerenciamento que faz refletir, consciente e explicitamente, os esforços dos gestores para controlar as escolas. Ademais, quando questionada sobre porque aprender português é importante para a filha, no sentido que ultrapasse a comunicação familiar restrita, Márcia relaciona a aprendizagem de idioma ao alcance de um emprego no futuro. Isso confere ao português, dentro do lar dessa família, um *status* positivo, pois pretende dar função *para além da afetiva* à aprendizagem.

E: Quando Amanda começou a aprender português? Foi em casa ou na escola de português como língua de herança⁵?

*M: Eu acho que as **aulas de português incentivaram muito**. Ela sentia vontade de aprender até pela competição, porque era filha da professora e isso estimulou muito ela a aprender. Mas a maior escola pra ela são **as idas ao Brasil**. Lá ela não escuta norueguês então recebe uma injeção de português, tem que observar os outros falarem, escutar mais. Eu observo que ela melhora muito a cada ida.*

E: Amanda concilia bem a aprendizagem de norueguês língua materna e português língua de herança?

*M: Ela só tem falado [português] em casa ou quando ela encontra amigos meus. Mas ela tem **orgulho de expor o português**, de entender as brincadeiras que fazemos, por exemplo, na mesa do jantar. Eu acho que ela concilia muito bem hoje em dia. No começo ela sentia preguiça de pensar em como falar o português, já que sabia que eu também a entenderia em norueguês, mas daí eu insistia, dizia que não entendia ela, era difícil. No início era muita confusão, quando ela tinha três anos, confusão de palavras, mas a cada ano foi melhorando. Hoje ela sabe usar bem o português.*

Márcia tem consciência do papel da educação formal para que Amanda aprenda português. Ter matriculado a filha em aulas de português como língua de herança marca bem a intervenção linguística que a mãe exerce sobre a filha, isto é, mais uma vez, uma *escolha consciente*. A assunção da influência desse ato também demonstra as intenções deliberadas da

⁵ Importante frisar que Amanda frequentou a Escola Elo Cultural quando mais nova. Como Márcia, na época da entrevista, era docente dessa instituição, a menina recebia uma bolsa integral para ter aulas.

mãe-professora para que filha aprendesse. Além disso, também há o reconhecimento que o contexto de imersão é de fundamental importância para que Clara aprimore o português. Viajar ao Brasil, então, ultrapassa o contexto de socialização familiar e alcança o *status* de, também, estratégia de política linguística no domínio familiar. E isso, para Márcia, é uma tomada de posição consciente.

Também é importante ressaltar a constatação da mãe acerca do orgulho que a filha sente em não só compreender o português, mas também de expor esse conhecimento. Essa afirmação funciona, no discurso de Márcia, como um produto positivo de seu gerenciamento linguístico, como a concretização de quem tem dado certo seus esforços para que Amanda aprenda a língua brasileira.

E: Você me contou que Amanda, hoje, assiste a aulas de inglês como língua estrangeira em sua escola de ensino fundamental. Se você pudesse, trocaria o inglês por outra língua estrangeira? Por qual e por quê?

M: Não, eu não trocaria. **Só se tivesse português como escolha era a única que eu faria questão** (risos). **O inglês para mim é fundamental, inclusive para a Noruega.** Todo mundo aqui fala, dos mais novos aos mais velhos. Acho que foi uma forma que os noruegueses encontraram para se comunicar com o mundo, já que a língua daqui é muito restrita. Mas isso eu já sabia que ela teria na escola e teria bem. É impressionante a diferença do ensino de inglês daqui em relação ao do Brasil. **Aqui eles pegam muito pesado, inclusive na prática oral.** Em toda a aula os meninos têm um tempo para se comunicarem em inglês, falar sobre o dia... Inclusive a gente foi chamado ano passado porque Amanda estava um pouco atrás dos colegas. A professora até questionou se isso não era porque ela também aprendia o português. Eu disse que poderia ser, mas ainda assim acho que ela melhorará, pois **o inglês pra Amanda sempre foi muito familiar**, ela ouvia em casa entre os pais, quando eu ainda estava aprendendo norueguês, ela era bem novinha e só ouvia os pais falando em inglês, ela compreendia um pouco. Mas aí a professora falou que a gente pode incentivar ela através de jogos, da internet. Aqui os garotos jogam muito e aprendem com esses jogos em inglês muito vocabulário, por exemplo. Aí você, tipo, **não quer criar seu filho dentro desse sistema de jogos, de internet, mas acaba obrigado a explorar esse campo.** Tanto que ela melhorou no inglês depois de ficar ouvindo música com legenda em um programa, em um site.

O trecho acima materializa a crença que Márcia carrega acerca da língua inglesa dentro do contexto complexo que é a sua casa. Para ela, a aprendizagem do inglês é tão fundamental quanto a do norueguês, já que na Noruega o inglês também é muito usado nas relações sociais. O único motivo que deixaria o inglês preterido como uma língua estrangeira, na visão da mãe brasileira, era se houvesse, entre as possibilidades de estudo de línguas dentro da escola de Amanda, o português. Isso ratifica que Márcia tem sua língua materna como uma das grandes prioridades, a ponto de a elencar em uma categoria que extrapole a chamada língua de herança. Talvez essa possibilidade não teria sido aberta se essa entrevista tivesse sido feita com o pai de Amanda, um norueguês nativo. Levando-se em conta que a garota vive em Oslo desde que nasceu, para o pai, aprender o inglês, pelas mesmas razões que Márcia apontou, seria uma tarefa insubstituível.

Essa diferença de perspectiva tem a ver com o que Coelho (2009) considerou acerca das famílias compostas por casais interétnicos, cujos repertórios linguísticos são marcadamente diferentes. Em casos como esses, o gerenciamento é mais complexo porque há uma disputa por poder e identidade linguística, assim como distintas representações culturais. É provável que a fala de Márcia, ao pôr o português como o primeiro lugar absoluto em sua resposta, também queira marcar sua posição de autoridade – quanto melhor Amanda fale o português, mais evidente a influência afetiva e cultural da mãe sobre a menina.

Contudo, é preciso salientar que a fala de Márcia não diminui a importância do inglês: pelo contrário, qualifica positivamente o seu ensino na cidade escandinava, e afirma que nesta capital eles “pegam muito pesado”, isto é, na visão da mãe, as crianças por lá de fato aprendem – diferentemente do Brasil (“É impressionante o ensino de inglês daqui em relação ao do Brasil”).

A mãe também afirma que o inglês sempre foi familiar para a filha, já que antes de aprender norueguês Márcia só se comunicava com o seu ex-marido em língua inglesa. Interessante que nessa passagem da entrevista fica claro, pelo uso da palavra “familiar” que Márcia observa o aprender inglês como uma política inserida dentro do gerenciamento familiar, como um idioma que, vez ou outra, pode estar circulando dentro de casa.

Outro fato curioso é comentado perto do fechamento da entrevista. Apesar de não achar interessante o modo de aprender inglês via jogos de computadores, Márcia não vê outra saída para que a filha avance nesse idioma. Esse aspecto é analisado por Fogle e King (2013), citados por Gabas (2016), os quais levantam o fato de que as práticas linguísticas dos filhos podem ir na contramão do que os membros gerenciadores – os pais – estipularam. Para Gabas (2016, p. 44),

A socialização de cada membro impacta diretamente a trajetória linguística e social de cada um, e, em decorrência disso, não só as línguas do repertório dos membros da família podem ser diferentes, assim como pode haver divergências quanto ao *status* e à função das línguas atribuídas pelos pais, fazendo com que, através da contestação ou resistência, os filhos também tendem a gerenciar suas próprias decisões.

Ainda sobre a questão acima, é interessante pensá-la a partir do que Spolsky (2009) considerou como gerenciamento simples e gerenciamento organizado. O gerenciamento simples é aquele que envolve apenas uma pessoa, que determina as escolhas e intervenções para si mesma. É, em suma, responsável linguisticamente por si mesma. O gerenciamento organizado se relaciona a tomadas de posição por membros da família, que assim o faz guiado pelo seu papel de autoridade.

Amanda aprende inglês de uma forma que lhe apraz, até porque essa é uma política linguística do domínio familiar pouco planejada, pelo menos pelo o que pôde se verificar pelos dados gerados na entrevista. Ou seja: levando-se em conta que o inglês em Oslo é uma língua franca⁶ e que a escola norueguesa pretende dar conta disso, Márcia centra seu gerenciamento no português, língua essa não-oficial no país em que vive com sua filha.

Isso posto, passemos às considerações finais.

5 Palavras finais

As decisões linguísticas tomadas por Márcia em relação a sua filha dizem muito a respeito do valor que atribui ao português como sua língua materna, como sua língua da identidade, e ao português como sua herança direta para a filha – e como também identidade da garota. Isso quer dizer que, através do gerenciamento linguístico no domínio familiar, a mãe

⁶ O inglês como língua franca, ou inglês como língua internacional, ou língua de contato (e aqui não adentro as discussões sobre qual termo melhor abarca o conceito) é o idioma que um grupo elege, intencionalmente, para que consigam, sistematicamente, se comunicar com outras comunidades de falantes. A Noruega é o único país do mundo que fala norueguês. Por essa razão, a adoção de uma língua franca é um ato estratégico para que esta nação e seus habitantes não estejam “isolados” das relações que se desenvolvem no globo.

brasileira tem no desenvolvimento linguístico da filha a materialização da sua autoridade materna e afetiva, ou seja, estabelece-se aí o *gerenciamento organizado* (SPOLSKY, 2009). Ao que parece, talvez essa representação estivesse minada se Amanda não soubesse bem o português ou se se negasse a aprendê-lo. Pelo estímulo à aprendizagem do português, elabora-se e vive-se uma política linguística familiar.

O valor dado ao inglês dentro da casa de Márcia é alto, embora o gerenciamento desse idioma não seja consistente. Sendo língua franca no país em que vive com a filha, os contextos de aprendizagem são mais diversos, menos formalizados e, talvez por isso, o gerenciamento linguístico em torno desse idioma seja mais enfraquecido pela parte da mãe. Pela parte paterna, no entanto, ainda que sem asseverar o que estou agora afirmando, visto que não entrevistei o pai de Amanda, a preocupação com o aprender inglês em Oslo se dê de maneira superior à preocupação com o conhecimento de português – mesmo que seja essa a língua materna de um ente de primeiro grau da criança.

Interessante notar, além disso, que há outros mecanismos de políticas linguísticas em Oslo que não necessariamente partem do seio familiar, mas que nele pretende penetrar. Trata-se da *Cartilha do brasileiro recém-chegado à Noruega*⁷, elaborada pela Embaixada do Brasil em Oslo. No ponto 8 da cartilha, intitulada “manutenção do português em casa – dicas”, o governo brasileiro, via embaixada, orienta os pais em relação ao ensino/manutenção desse idioma frente a seus filhos. Eis alguns exemplos:

- Incluir nos afazeres diários pequenas tarefas que incentivem informalmente o ensino do português para as crianças brasileiras, estimulando-as a usar o idioma em um contexto amigável e construtivo;
- Não forçar as crianças a aprenderem português, mas fazer com que elas entendam que em português se comunicam melhor com seus pais;
- Lembrar que há expressões que são melhor utilizados em um idioma do que em outro. Por isso, estimule as crianças a descobrir e a dominar estes dois mundos linguísticos e culturais;
- Falar sempre em português com as crianças, mesmo quando elas estiverem utilizando a língua norueguesa. Aos poucos elas se acostumam com o fato de que sua língua materna ou paterna é a portuguesa e passam a utilizá-la sem dificuldades, dominando, com o tempo, ambas as línguas.
- Ler livros em português, contar histórias, cantar as suas canções preferidas, tocar música brasileira, passar filmes brasileiros em casa, brincar e fazer sempre os pratos preferidos e que se comia no Brasil.

Essas dicas, publicadas em cartilha, se configuram como uma ação governamental para que o português seja preservado em casa. São iniciativas que à medida que pretendem influenciar práticas concretas, também são elaboradas (e influenciadas) a partir dessas práticas do cotidiano. Isso parece claro justamente porque Márcia, quando questionada sobre a

⁷ Disponível em <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/cartilhas/cartilhas-preparadas-pelo-conselho-de-cidadãos-de-oslo-noruega/cartilha-do-brasileiro-recem-chegado-na-noruega>>. Acesso em 10 ago 2023.

existência dessa cartilha em conversa prévia à entrevista, disse desconhecer-la/não a utilizar. Com isso, justifica-se a necessidade de existência desse material específico.

Essa constatação nos dirige ao fato do quanto que ainda podemos explorar o estudo de políticas linguísticas familiar e suas formas de concretização. Compreender essa complexidade, antes de tudo, é traçar paralelos com as reflexões sobre políticas praticadas e não declaradas que, em sua essência, guardam regularidades – ainda que analisadas à luz de contextos distintos.

Referências

- BERGER, I.; KLAUCK, S.; OLVEIRA, R. Reflexões sobre o conceito de língua de herança para a abordagem de gestão de línguas no domínio familiar: memória, identidade e/ou patrimônio? **Revista de Letras Norte@mentos**. v. 14, n. 37, p. 203-223, out. 2021.
- CALVET, L. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- COELHO, V. **Casais inter-étnicos – filhos bilíngues?** Representações como indícios de políticas de (não) transmissão da língua minoritária da família. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Linguística Aplicada, UNICAMP, 2009.
- GABAS, T. **O valor das línguas no mercado linguístico familiar**: políticas e ideologias linguísticas em famílias sul-coreanas transplantadas. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, UNICAMP, 2016.
- JOHNSON, D; RICENTO, T. Conceptual and theoretical perspectives in language planning and policy: situating the ethnography of language policy. **Internacional Journal of the Sociology of Language**, n. 219, p. 7-21, 2013.
- RIBEIRO DA SILVA, E. A pesquisa em Política Linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. **Trabalhos em Linguística Aplicada** (UNICAMP), v. 52.2, pp. 289-320, 2013.
- ROSA, M. V. de F. P do C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos de validação dos resultados. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SPOLSKY, B. **Language management**. Cambridge University Press, 2009.
- SCHIFFMAN, H. F. **Linguistic Culture and Language Policy**. Nova York: Routledge, 2006.

Submetido: 18/09/23

Aceito: 19/10/23